

PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA E BOLSA ESCOLA NO RECIFE: CONCEPÇÕES E IMPACTOS

Este texto apresenta um breve resumo de um estudo acadêmico que teve como objetivo central, analisar a concepção de docentes e gestores das escolas e dos Programas Bolsa Família e Bolsa Escola na rede pública municipal do Recife. Por meio de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas, o estudo também revelou mudanças provocadas a partir da implementação dos programas no cotidiano das escolas, na prática pedagógica docente e no aproveitamento escolar dos alunos assistidos.

Origem dos Programas de Transferência de Renda vinculados à Educação no contexto do Sistema de Proteção Social Brasileiro

O Estado Brasileiro adotou nos anos 90 os parâmetros do projeto neoliberal que lhes atribuíram profundas mudanças por intermédio de suas reformas. A principal marca é sua própria função: Estado ajustado da economia nacional à economia internacional. Em decorrência, o Brasil sofre uma profunda submissão aos interesses dos países desenvolvidos e tem seu Sistema de Proteção Social desmantelado. A luta pela universalização dos direitos sociais básicos cede lugar a um processo de focalização às políticas básicas com características discriminatórias da população mais pobre.

Como descreve Silva (2003, 238 p.):

A pobreza no país vem sendo orientada por uma lógica de um lado, representado pela adoção de um conjunto desarticulado, insuficiente e descontínuo de programas sociais compensatórios, que na década de 1990 passam a se orientar pelos princípios da “focalização”, da “descentralização” e da “parceria” assentados no ideário neoliberal.

A partir daí esta temática começou a ser institucionalizada e teve início com as primeiras experiências de implementação de Programas de Transferência de Renda em Campinas (SP), Brasília (DF), Ribeirão Preto (SP) e Santos, sendo seguidos de várias outras experiências no âmbito estadual e municipal.

Breve Síntese da trajetória dos Programas de Transferência de Renda no Brasil

A trajetória dos Programas de Transferência de Renda no Brasil sistematizada e apresentada por Silva (2008b, 28-29p) divide-se em cinco importantes momentos:

O primeiro momento, iniciado em 1991, quando o Senador Eduardo Suplicy (PT/SP) apresentou o Projeto de Lei nº 80/1991, instituindo o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), para todo brasileiro a partir de 25 anos de idade, o qual foi aprovado no Senado, mas permaneceu, com parecer favorável, para aprovação da Câmara Federal.

No segundo momento (1991 a 1993), o economista José Márcio Camargo (1991,1993 p) propõe uma transferência monetária a famílias com crianças de 5 a 16 anos em escolas públicas, introduzindo duas inovações no debate: a família como beneficiária e a transferência monetária com a obrigatoriedade de crianças e adolescentes frequentarem a escola.

O terceiro momento, iniciado em 1995, quando foram implantadas as primeiras experiências nas Cidades de Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP) e Brasília (DF), influenciando muitas outras propostas pelo resto do país, dando respostas dos governos às pressões da sociedade para o enfrentamento da pobreza.

O quarto momento, iniciado em 2001, no decorrer do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), tem significativa expansão dos programas federais criados em 1996 (Benefício de Prestação Continuada, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e criação de outros programas de iniciativa do Governo Federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Vale Gás, entre outros).

No quinto momento, iniciado em 2003 com o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Fome Zero, principal estratégia de enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, tendo como principal programa, o Bolsa Família, presente nos 5.563 municípios brasileiros e no Distrito Federal desde 2006.

Respondendo aos objetivos propostos no estudo, destaca-se que a maioria dos atores entrevistados – docentes e gestores das escolas – entende que os Programas têm um caráter assistencialista, pouco contribuindo para o aumento da autonomia das famílias em relação à ação social do Estado. No que se refere às modificações no cotidiano das escolas a partir da implementação dos Programas, o estudo revela que houve uma significativa redução da evasão escolar e uma maior presença dos pais e/ou responsáveis pelos alunos assistidos no dia-a-dia das escolas. Contudo, constatou-se que tais mudanças, não foram capazes de provocar impactos positivos no desempenho dos alunos assistidos, sugerindo que, para alcançar uma educação de qualidade e garantir o direito à educação e o conhecimento a todos, é necessário a implementação de outras políticas educacionais, pois, os programas cumprem seus objetivos, garantindo aos alunos assistidos, a frequência escolar. Ainda por conta da inexistência de impactos positivos no desempenho dos alunos assistidos, os professores apontaram a necessidade de inclusão da aprendizagem como parte das exigências dos programas. No entanto, nossas conclusões seguem numa perspectiva crítica deste pensamento, pois no momento em que a gestão dos programas optarem por exigir o desempenho escolar como contrapartida das famílias, estará desconsiderando todos os demais elementos envolvidos na construção do conhecimento, responsabilizando apenas as famílias e excluindo aqueles ainda mais vulneráveis.

Referências

CAMARGO, José Márcio. **Pobreza e garantia de renda mínima**. Folha de São Paulo. São Paulo. 26 dez. 1991.

_____. **Os miseráveis**. Folha de São Paulo. São Paulo. 3 mar. 1993.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **A política pública de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil**. Revista de Políticas Públicas, v. 7, nº 2, 2003.

_____. Bolsa Família: apresentando e problematizando sua proposta. In: LIMA, Antônia Jesuíta de; FERREIRA, Maria D^{ra} Alva Macedo; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O Bolsa Família: no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez, 2008b.